

38° Encontro Anual da Anpocs
GT03 As classes sociais no Brasil contemporâneo

**A nova classe trabalhadora e
a expansão da escola privada nas periferias da cidade de São Paulo**

Jonas Medeiros
Adriano Januário

1. Introdução

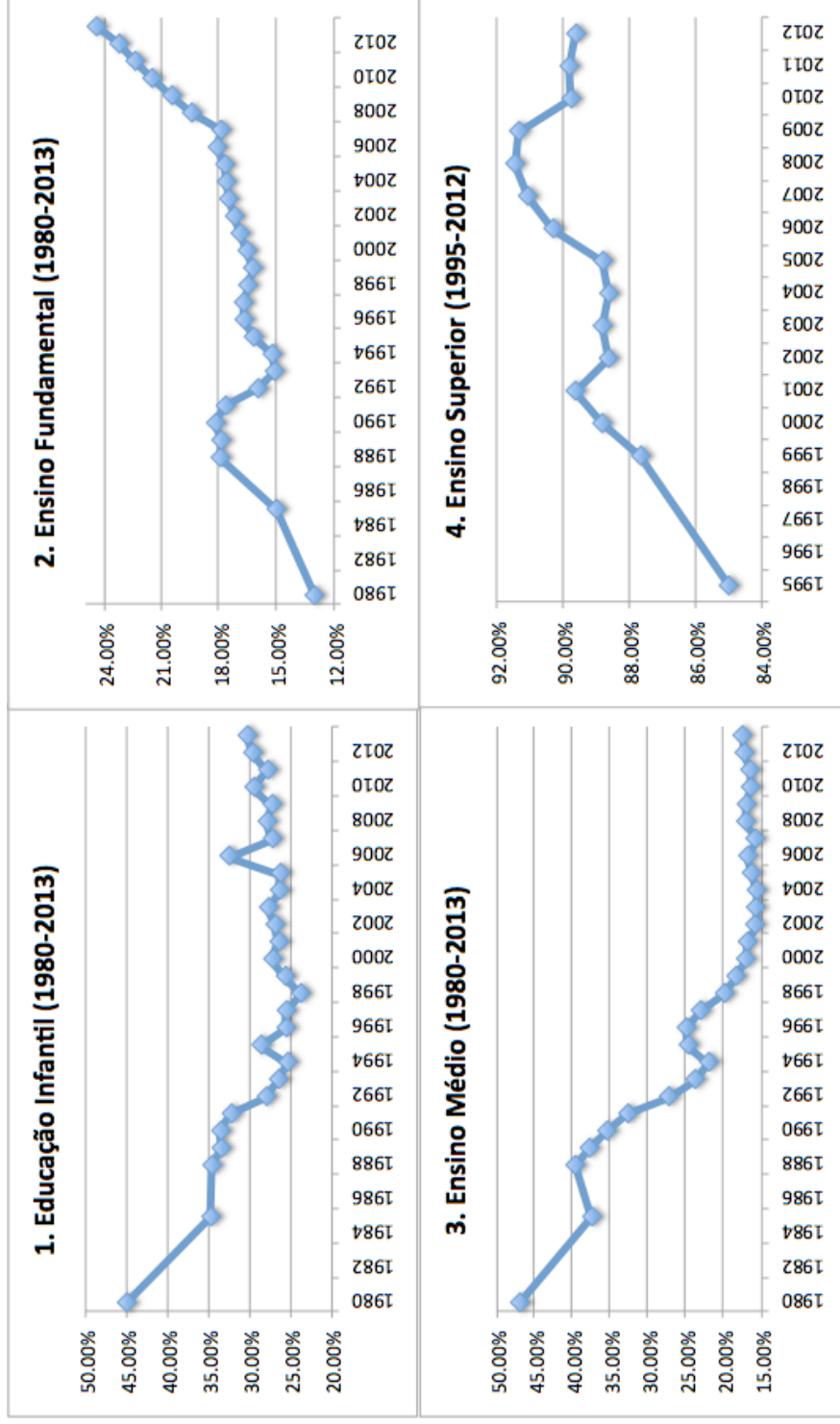
Uma das principais novidades no campo educacional brasileiro é a recente expansão das matrículas na rede particular de ensino. Inicialmente, é possível observar que nos últimos anos, em conjunto com a ascensão sócio-econômica do que se convencionou chamar na grande mídia tradicional de “classe C” ou “nova classe média”, ocorreu um aumento da participação relativa das escolas privadas nas matrículas, nos quatro níveis educacionais – Infantil, Fundamental, Médio e Superior –, porém com dinâmicas e intensidades diferenciadas. Tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Médio, verifica-se primeiro uma queda do patamar de proporção das matrículas particulares de 1980 em diante e uma lenta (e pequena) recuperação do espaço perdido a partir da década de 2000. Já o Ensino Superior apresenta dinâmica oposta: vigoroso crescimento da proporção de faculdades particulares de meados da década de 1990 até a de 2000, com uma pequena queda na entrada dos anos 2010. Por fim, verifica-se que o setor privado tem crescido de forma vigorosa e contínua no Ensino Fundamental, principalmente nos seus anos iniciais¹, tanto em termos absolutos quanto relativos. Pode-se perceber facilmente a intensificação da expansão da escola privada tendo como referência o ano de 2007:

A série histórica de dados absolutos provém da Fundação Seade e, infelizmente, não contém todos os anos da década de 1980. Porém, ela possibilita mostrar um panorama da evolução da participação da rede de escolas particulares nesta etapa da educação formal nas últimas três décadas, nas quais o país passou pela transição do regime militar para o democrático mediante a Assembleia Nacional Constituinte, processos hiperinflacionários, estabilização com o Plano Real e a consolidação de um sistema político formalmente democratizado.

Com o Gráfico 2, mesmo que ele meramente descreva a situação com respeito ao número de matrículas particulares no Ensino Fundamental, abstraindo de outras informações (tais como a demografia da população brasileira ou decisões referentes à política pública educacional, como a sua universalização) podemos esboçar a evolução da escola privada neste nível em quatro fases distintas, de acordo com o recorte temporal:

1 Contabilizados como 1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano, dependendo da adaptação das escolas à Lei nº 11.274/2006, que estabelece o Fundamental de nove anos.

Gráficos 1 a 4 – Porcentagem de matrículas na rede particular da cidade de São Paulo nos quatro níveis de ensino



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação SEADE

Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2014.

(i) a década de 1980 é de crescimento constante da escola privada (o que se torna relevante se considerarmos o papel que a FENEN, entidade representativa do ensino particular, desempenha na Constituinte de 87-88) – embora não seja possível acompanhar a evolução ano a ano;

(ii) antes da estabilização do Plano Real, durante os governos Collor e Itamar ocorreu uma queda drástica na participação relativa das matrículas privadas. Este decréscimo na primeira metade da década de 1990 é de tal ordem que a porcentagem de 1993 na cidade de São Paulo (15,10%) é praticamente idêntica à alcançada em 1985 (15,01%); isto significou para o mercado educacional um retrocesso de 8 anos, que ainda demorou 18 anos para ser superado (a porcentagem de 1990, que era o topo alcançado na série histórica até então, de 18,17%, só será ultrapassada pela primeira vez em 2008, quando as matrículas particulares atingem a proporção de 19,44%). A porcentagem das matrículas na rede particular cai abruptamente a partir de 1991, só voltando a crescer depois de 1994-95. Uma hipótese preliminar de explicação meramente econômica para este fenômeno é a suposição de que a hiperinflação corroía os rendimentos das famílias e, com isso, várias deixaram de matricular seus filhos na escola privada, o que só poderá voltar a ocorrer com a estabilização propiciada pelo Plano Real.

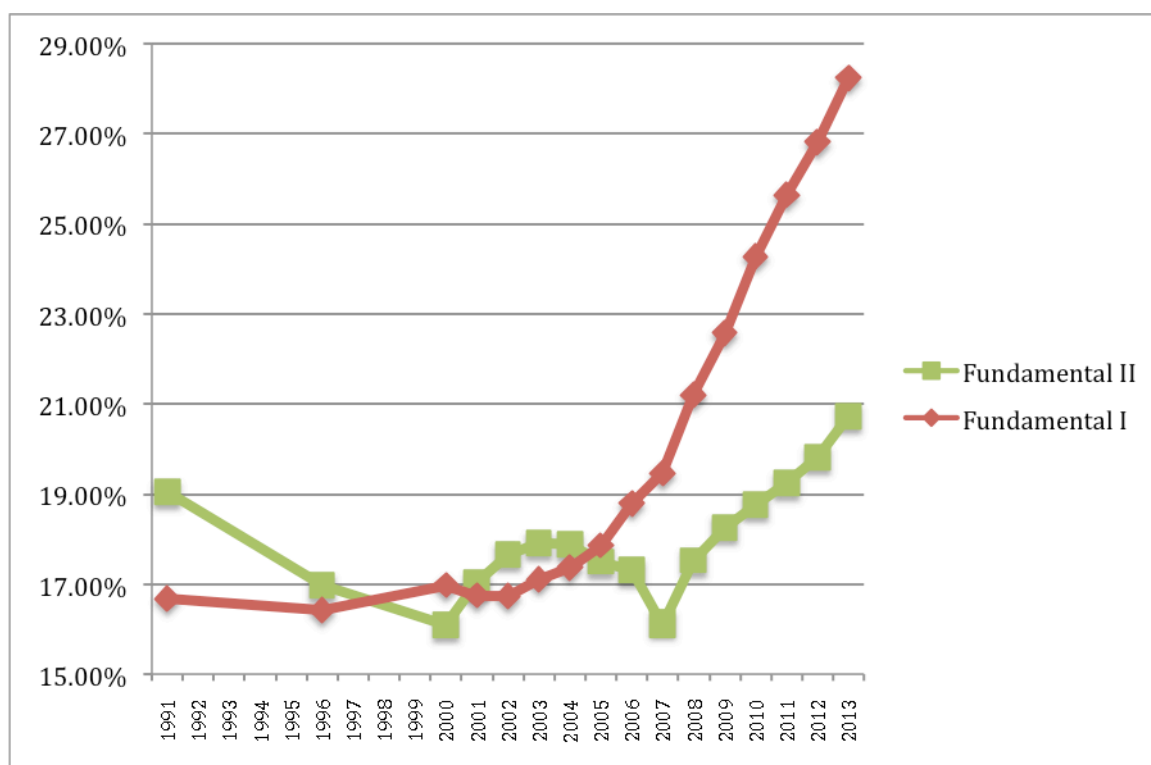
(iii) Os dois Governos FHC (1995-2002) e o primeiro Governo Lula (2003-2006) são de lento crescimento – ou, no mínimo, estabilização – das matrículas na rede particular, algo provavelmente possibilitado pelo processo de estabilização econômica e política desencadeado a partir de 1994 (cf. NOBRE, 2013).

(iv) Uma mudança quantitativa novamente drástica no padrão de evolução das matrículas começa a ser verificado desde 2008 (justamente o ano de uma das maiores crises econômicas mundiais e o início de uma política econômica mais abertamente desenvolvimentista no segundo Governo Lula, com ganhos salariais para as famílias trabalhadoras e o aumento de seu consumo); como dito, é apenas neste ano que a porcentagem das matrículas privadas ultrapassa pela primeira vez o patamar alcançado em 1990. A efetiva mudança no padrão ocorre durante o segundo governo Lula, em que é possível observar o crescimento acelerado e de intensidade inédita das escolas particulares no âmbito do Ensino Fundamental (I e II).

Esta é uma periodização para a evolução da escola privada no Ensino Fundamental como um todo. Mas se desagregarmos o Fundamental I do II, podemos

então visualizar dinâmicas diferenciadas, mas que confirmam exatamente a mesma mudança drástica na passagem de 2007 para 2008:

Gráfico 5 – Porcentagem de matrículas na rede particular da cidade de São Paulo – Fundamental I vs. Fundamental II (1991-2013)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação SEADE

Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2014.

Mais uma vez, os dados da Fundação SEADE são lacunares, não apenas excluindo agora a década de 1980, como apresentando a de 1990 apenas pontualmente (1991 e 1996 são os únicos anos disponíveis). As dinâmicas do Fundamental I e do Fundamental II são diversas até 2007: o antigo primário oscila de forma relativamente estável em torno dos 17% de matrículas na rede particular de ensino até o início da década de 2000, iniciando logo em seguida um crescimento para além desta faixa, até que o ano de 2007 marca uma intensificação da expansão de matrículas privadas; já o antigo ginásio apresenta encolhimento das escolas privadas durante a década de 1990, uma expansão abortada no início da década de 2000 com um estranho declive em 2007, a partir do qual ocorre uma expansão mais substancial do que a anterior porém bem menos intensa do que a do Fundamental I – motivo pelo qual, inclusive, o foco de nossa

pesquisa empírica será nos anos iniciais desta etapa da educação escolar.

As quatro fases do agregado do Ensino Fundamental anteriormente expostas implicam uma descrição prévia a partir dos dados quantitativos que marcam a evolução das matrículas particulares. Contudo, estes dados não revelam por si só o *sentido* da decisão das famílias por matricularem seus filhos em escolas particulares, a partir do momento em que as condições econômicas se tornam propícias para tal. Não é possível avançar uma pesquisa teórica e empírica que naturalize explicações automáticas ou mecanicistas, como se o simples fato do orçamento familiar se tornar mais “folgado”, as famílias automaticamente “migrariam” da rede pública gratuita para pagar as mensalidades da rede particular, a fim de consumir uma educação supostamente de melhor qualidade. Para além das condições objetivas econômicas, às quais tentamos fazer referência ao estipularmos as quatro fases acima relatadas, há uma outra parcela deste fenômeno e deste processo que ainda permanece obscura, a saber: quais seriam as principais *motivações* destas famílias? Quais *sentidos* e *significados* pais, mães e responsáveis por estas crianças *atribuem* à decisão tomada? Que imagem de escola pública eles têm? E de escola privada? À qual imagem de mundo e de sociedade estas noções correspondem? Como encaram o direito à educação formal? E como concebem as injustiças e desigualdades materiais e simbólicas em torno da escolarização?

Para esclarecer empírica e normativamente os sentidos simbólicos e culturais deste fenômeno, os principais objetivos da pesquisa aqui apresentada serão os de *descrever*, *explicar* e *avaliar* esse processo social inédito na história educacional brasileira, que insere o setor privado e o mercado educacional em uma configuração também inédita, para além da reprodução das elites e camadas médias tradicionais, como será argumentado na última seção deste paper. Contudo, como dito, o objeto de pesquisa não pode ser construído a partir meramente da *quantificação* deste fenômeno. Ou seja, não se trata aqui apenas de descrever as tendências no interior de um quadro em que se leva em conta a quantificação do fenômeno e suas possíveis condições (objetivas, econômicas etc.), mas de *compreender* essas tendências a partir do ponto de vista *qualitativo*, ou seja, compreender os motivos, os valores e as normas a partir dos quais diferentes famílias passam cada vez mais a matricular seus filhos nas escolas particulares.

Esse ponto de vista implica que dados acerca do crescimento das matrículas do Ensino Fundamental na rede privada da cidade de São Paulo, tais como os que foram

apresentados nos gráficos acima, só serão efetivamente úteis para uma pesquisa que tem em vista o campo da Teoria Crítica, quando contextualizados por uma “crítica ao pensamento quantificador”. Isso não significa que análises estatísticas de dados quantitativos são falsas ou erradas em si mesmas, mas sim que estes dados, tomados em sua imediatez, são *parciais*. O conhecimento científico que a elas se restringe é incapaz de fornecer o *sentido da ação social*, bem como de apreender processos sociais complexos, tais como os que intencionamos compreender em nossa pesquisa. A mera quantificação do fenômeno acaba por “obscurecer” a motivação, excluir dados referentes ao campo dos *valores e das ações dos sujeitos*, focando apenas naqueles dados que são tomados como “objetivos”. Por esta razão, o objeto da pesquisa será construído não apenas a partir da estatística descritiva do aumento das matrículas na escola privada enquanto fato social, mas tendo em vista uma normatividade que possa ser simultaneamente operacionalizada empiricamente no decorrer da pesquisa e que seja extraída de modo imanente dos processos sociais abordados.

2. Quadro teórico

Para escapar de “paradigmas quantificadores”, pretendemos trabalhar a normatividade de uma pesquisa empírica no campo da Teoria Crítica a partir das categorias *modelo de sociedade e cultura política*. Nosso ponto de partida é um quadro teórico-crítico que postule a unidade entre o empírico e o normativo mediante a categoria de “modelo de sociedade”, isto é, uma forma ampla de organizar as várias disciplinas especializadas a partir de uma perspectiva normativa de pensar a sociedade, sem se distanciar desta. Esse conceito se refere a uma “ideia de sociedade”, um modelo que ainda não se formou completamente, mas que se mostra concretamente possível no interior da própria sociedade atual. Segundo Marcos Nobre “um modelo de sociedade não é apenas um programa econômico nem somente uma maneira determinada de entender a política, mas um *padrão de regulação social mais amplo*” (NOBRE, 2013, p. 22; nosso grifo). Este modelo não paira (nem poderia pairar) na cabeça do cientista social, mas está ancorado na própria dinâmica social, principalmente em momentos em que há a possibilidade de mudanças profundas.

Um caso exemplar desses momentos é o processo constituinte de 1988. É a partir da Constituição Federal de 1988, segundo Nobre (2013), que desponta mais claramente

um novo modelo de sociedade que exige, como seu fundamento e sua legitimidade, uma sociedade democrática, a saber, o “social-desenvolvimentismo”. No novo modelo de sociedade emergente, “democrático” significa a não aceitação de “padrões indecentes de desigualdade” (*ibidem*) tanto simbólica quanto material, de modo que a distribuição de poder político, de renda, de recursos ambientais e de reconhecimento social passam cada vez mais a ocupar o centro da disputa política. Seu diferencial com relação ao modelo de sociedade anterior – chamado pelo autor de “nacional-desenvolvimentismo” – está na necessidade da sociedade se organizar democraticamente:

Segundo o novo modelo, só é desenvolvimento autêntico aquele que é politicamente disputado segundo o padrão e o metro social, quer dizer, aquele em que a questão distributiva, em que as desigualdades – de renda, de poder, de recursos ambientais, de reconhecimento social – passam para o centro da arena política como o ponto de disputa fundamental. À sua maneira peculiar e zigzagueante, em uma interpretação coletiva penosamente construída, foi essa a concretização de uma *imagem de sociedade* presente no texto da Constituição Federal de 1988. Esse modelo de sociedade não pertence, portanto, a um único governo ou partido, mas é um projeto coletivo, gestado durante a longa transição para a democracia. (NOBRE, 2013, p. 24; nosso grifo)

Tal novo padrão de regulação social teria como principal característica a *gênese* e o *desenvolvimento* de uma “lógica diferente de distribuição de renda, de poder, de recursos naturais e de reconhecimento social” (NOBRE, 2013, p. 10). A gênese deste padrão e desta lógica estaria intimamente associada à emergência de movimentos sociais e mobilizações populares nos últimos anos do regime militar, ou seja, na virada da década de 1970 para a de 1980.

Tendo em vista esta categoria de “modelo de sociedade”, buscaremos no decorrer da pesquisa uma *reconstrução normativa* (HONNETH, 2010) do lugar da educação formal – com especial atenção para a educação escolar privada – neste novo momento histórico, inaugurado pela redemocratização do Brasil, e cuja especificidade encaramos a partir do conceito de *modelo de sociedade social-desenvolvimentista*.

Como dito, este novo padrão de regulação social está associado a movimentos sociais na base da sociedade de tal modo que o resultado de suas demandas se configurou de um modo determinado na Constituição Federal de 1988. Esta presença dos movimentos sociais foi objeto de estudo de algumas investigações recentes.² Nos últimos

² Essas pesquisas sustentam a influência dos movimentos sociais na institucionalização de novas imagens de mundo, ou seja, a cristalização de um modelo de sociedade igualitário e democrático (material e

anos, algumas destas pesquisas trabalharam com os Anais da Assembleia Nacional Constituinte e, deste modo, se debruçaram sobre a participação destes sujeitos políticos no processo constituinte (nas audiências públicas, na proposição de emendas populares ou na atuação conjunta direta com os congressistas – cf. BRANDÃO, 2011). Isto voltará a ser relevante quando apresentarmos a noção de “território normativo” como guia para a delimitação do campo da pesquisa empírica, com base no associativismo que continua o social-desenvolvimentismo e o aprofunda com uma atuação local.

Paralelamente à reconstrução normativa da educação escolar no social-desenvolvimentismo, o núcleo da tarefa teórica da pesquisa será construir um conceito de cultura política que possa ser operacionalizado empiricamente a partir do referencial de autores como E. P. Thompson, Barrington Moore Jr. e Oskar Negt. De um lado, estes autores se ocuparam de reconstruções históricas da experiência e da sociabilidade de classes populares e subalternas, o que dialoga com o território que será por nós delimitado – distritos periféricos da cidade de São Paulo.³ Por outro, permitem também a construção teórico-crítica do objeto de pesquisa em termos metodológicos adequados à epistemologia assumida: enquanto o núcleo da coleta de dados serão estudos de caso de caráter etnográfico, a análise destas informações será conduzida tendo em vista justamente o conceito até o momento abstrato de cultura política (e seu par, ainda mais abstrato, de modelo de sociedade), a ser desdobrado em instâncias intermediárias, até chegar a um âmbito cada vez mais concreto e mais próximo da realidade empiricamente observável, com categorias que venham a ser reconhecidas como úteis para a reconstrução empírica do processo social em questão, nunca desligada de uma normatividade imanente a este mesmo processo.⁴

simbolicamente), partindo da vida cotidiana e em direção ao ordenamento jurídico, como no caso dos movimentos: negro (NERIS, 2013), indígena (LACERDA, 2008), ambientalista (SILVA, W., 1993), feminista (OLIVEIRA, A., 2012; SILVA, S., 2011), em defesa da criança e do adolescente (PINHEIRO, A., 2006), por inclusão de pessoas com deficiência (LANNA JÚNIOR, 2010), sindical (LOURENÇO FILHO, 2008), pela reforma agrária (SILVA, J., 1989), pela reforma urbana (SILVA, E., 2003), de luta por saúde (MARQUES, 2010; RODRIGUEZ NETO, 2003) e, por fim, de luta por educação (PINHEIRO, M., 1991). Outras pesquisas acerca da temática educacional na Constituinte, mas que não foram centrais para a construção deste texto são: Farenzena (2002); Herkenhoff (1989); Silva, A. (2004, p. 75-125); e Tavares (2003).

3 Outro ganho deste referencial teórico é sua ocupação crítica com os conceitos de cultura e de simbólico, o que nos permite elaborar alternativas ao quadro teórico bourdieusiano, amplamente adotado na sociologia da educação no Brasil

4 Com um quadro teórico que se propõe a desenvolver as pesquisas teóricas de Thompson para novas esferas sociais como a educação escolar, estamos nos filiando a uma tradição esquecida de análise de

A reconstrução da formação da vontade de “migrar” para a escola privada só tomará realmente seu pleno significado se inserirmos este processo na maneira como estas famílias experienciam socialmente sua vida, ou seja: se inserirmos esta decisão em uma totalidade que poderíamos chamar de *modo de vida* (THOMPSON, 2011 [1963]; 1998 [1971]; 2001 [1977]). Esta categoria será fundamental para passarmos de maneira não-imediata de um registro descritivo – da *vida cotidiana*; da *experiência* (THOMPSON, 1981 [1978]) destas famílias; da sua inserção em *redes de sociabilidade*; da sua participação em *esferas públicas informais* (NEGT; KLUGE, 1993 [1972]) que tematizam a educação escolar e as desigualdades sociais a ela inerentes – para um registro normativo, cujo âmbito é a interpretação e a avaliação: (i) das tendências de consolidação e aprofundamento do modelo de sociedade social-desenvolvimentista por meio do fomento de uma cultura política (democrática) a ele adequado; e (ii) dos limites deste processo social. Esta esfera mediadora entre a descrição e a avaliação normativa pode ser chamada de “explicação”: só se *explica* a tomada de decisão por um estabelecimento privado de ensino se inserirmos a “migração” da rede pública para a particular em um modo de vida, isto é, em um sistema de valores ou um código moral (MOORE JR., 1987 [1978]) que formam uma totalidade. E é justamente por meio da reconstrução empírica dos diferentes modos de vida que convivem no território normativo enfocado que será possível avançar uma pesquisa empírica orientada normativamente e, desta maneira, avaliar os potenciais e os bloqueios à formação de uma cultura política democrática no que diz respeito ao direito à educação escolar e à crítica social formulada pelos próprios concernidos acerca das desigualdades materiais e simbólicas que estruturam a sociedade brasileira.

3. Procedimentos da pesquisa empírica: um recorte inicial

Frente ao modelo de sociedade social-desenvolvimentista que buscaremos

classes, própria à sociologia brasileira da década de 1980: “[...] ampli[ou-se] a ênfase na investigação dos condicionantes subjetivos da ação de classe e da formação de uma cultura operária no Brasil. Muito importante para esse movimento teórico-metodológico foi a influência dos intelectuais marxistas ingleses, principalmente E. P. Thompson e Raymond Williams, em sua reação ao marxismo estruturalista francês. [...] A mudança conceitual é notável: os novos estudos usarão sistematicamente conceitos como ‘experiência’, ‘imaginário’, ‘cotidiano’, ‘cidadania’, originários da história social e da filosofia política, em vez dos conceitos academicamente consagrados pela sociologia” (GUIMARÃES, 2002, p. 22-24). É nesta chave, teórico-crítica, que buscaremos analisar o fenômeno do surgimento de uma nova classe trabalhadora.

compreender via uma reconstrução normativa de imagens de mundo cristalizadas na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, pretendemos delimitar os fenômenos que estamos tentando compreender; para tal, não poderemos abrir mão de uma análise estatística de dados quantitativos (mesmo que uma estatística pouco complexa, de caráter meramente descritivo), mas situando e contextualizando estes dados, a fim de demonstrar a um só tempo sua utilidade e sua parcialidade.

Há muitas maneiras de trabalhar os dados quantitativos e transformá-los em informações úteis para nossos próprios propósitos. É por meio de uma análise crítica e reflexiva destas estatísticas que podemos chegar de forma consciente a uma “amostragem” que nos sirva à delimitação do campo da pesquisa empírica e que viabilize uma pesquisa qualitativa, voltada para uma abordagem microsocial e amplamente baseada em formas de observação participante para apreender aspectos da cultura política das famílias trabalhadoras, reconstruindo seus diferentes modos de vida. Tal “amostragem” se revela crucial pois só é possível levar a cabo uma pesquisa qualitativa deste porte por meio de estudos de caso, caso contrário, ao invés de reconstruir empiricamente modos de vida e apontar para culturas políticas em convivência ou conflito, estaríamos condenados a coletar retratos poéticos ou jornalísticos da vida cotidiana destes sujeitos. A importância de uma abordagem territorializada do cotidiano de pessoas comuns para o do estudo de caso consiste em permitir estabelecer com rigor as premissas para uma apropriação crítica e produtiva da abordagem etnográfica, com origem na disciplina da antropologia. A indissociabilidade do quadro teórico thompsoniano e procedimentos etnográficos foi inclusive assinalada por Habermas ao final da *Teoria do agir comunicativo*:

[...] o encontro entre fenomenologia, hermenêutica e interacionismo simbólico permitiu a formação de uma *linha de pesquisa em termos de uma teoria da ação*. Ora, as várias linhas de uma sociologia compreensiva coincidem num ponto crucial, à medida que procedem de forma generalizadora, que tem a ver com o interesse num **esclarecimento das estruturas de formas de vida e de imagens de mundo**. O núcleo dessa linha de pesquisa consiste numa *teoria da vida cotidiana* ligada a análises históricas, como é o caso dos trabalhos de E. P. Thompson. Nessa linha, os processos de modernização podem ser representados pelo **ângulo de mundos da vida específicos de grupos ou camadas**; o dia a dia das subculturas sorvidas pelo torvelinho dos processos de modernização é descoberto com o auxílio dos **meios da pesquisa de campo elaborada pela antropologia**. Eventualmente, tais estudos se condensam formando fragmentos de uma história escrita na perspectiva dos vencidos. (HABERMAS, 2012 [1981], p. 677; grifos do autor em itálico, grifos nossos em negrito)

De qualquer maneira, a análise preliminar dos dados quantitativos para viabilizar esta pesquisa qualitativa pode ser realizada de formas diferentes e até conflitantes. Se o critério para a escolha dos casos forem os distritos que vivenciaram uma expansão mais intensa das escolas privadas, isto não responde à pergunta: *como interpretar* quais distritos vivenciaram uma tal expansão? Como outros fenômenos e processos sociais, a educação escolar na cidade de São Paulo é marcadamente heterogênea e desigual, num sentido em que se destaca a relação entre centro e periferia.⁵ A fim de revelar o que consideramos ser a novidade do fenômeno em questão – o aumento das matrículas particulares no Fundamental I em distritos periféricos e semi-periféricos – parece-nos útil estabelecer alguns parâmetros do que seria esta desigualdade relacional em cujo centro estão distritos privilegiados em termos escolares e, portanto, sócio-econômicos e socioculturais. A distribuição espacial dos dados quantitativos e sua apresentação em mapas será um meio muito útil para nossos propósitos; a seguir, a distribuição territorial da importância percentual das escolas privadas nos 96 distritos municipais de São Paulo; os anos escolhidos para serem o início e o final da comparação (que continuará a seguir) foram 2007 e 2012⁶:

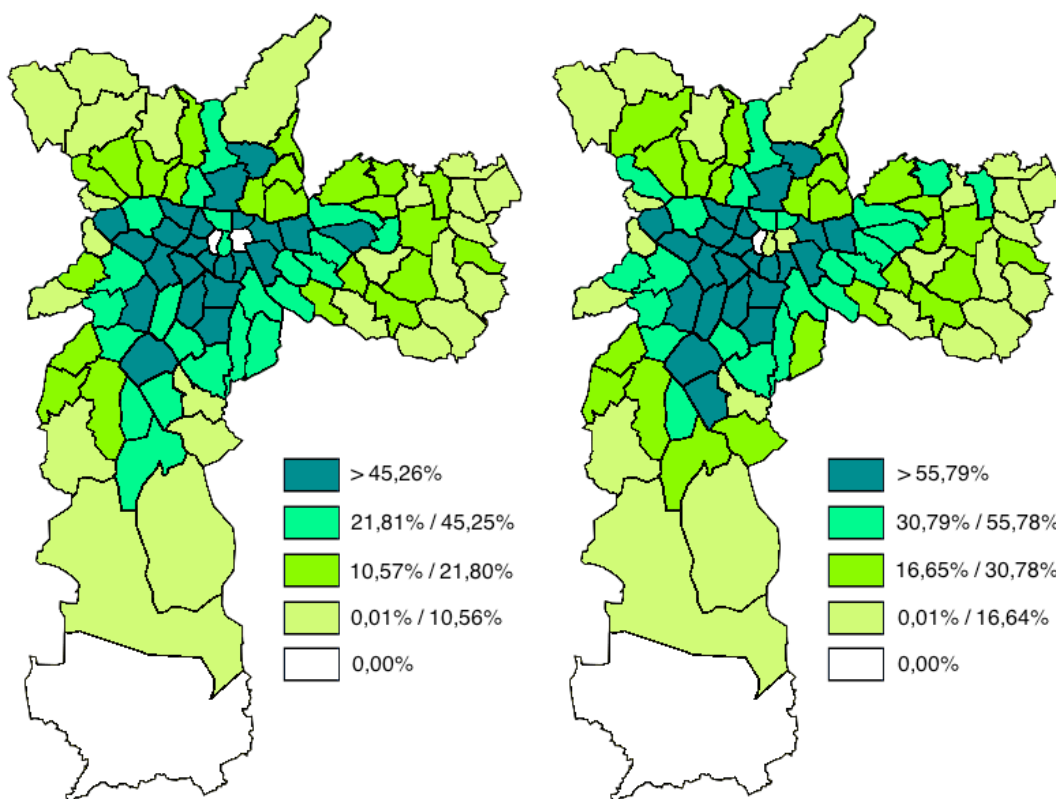
Mapa 1 – Percentual das matrículas do Ensino Fundamental I

5 Para abordagens do fenômeno da segregação territorial no município de São Paulo mais complexas do que a que será apresentada a seguir, cf. alguns dos estudos do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap): MARQUES; GONÇALVES; SARAIVA, 2005; e TORRES; BICHR, 2007.

6 Como vimos na Introdução, foi em 2007 que começou a expansão mais acentuada da rede particular no Ensino Fundamental I. Quanto à escolha por 2012, esclarecemos que o Censo Escolar de 2013 já se encontra disponível, porém a base de dados que utilizamos para elaborar os mapas ainda não disponibilizou as informações desagregadas por distrito municipal. A Fundação SEADE disponibiliza estes dados por distrito para os anos 2011, 2012 e 2013, enquanto o site Infocidade (da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo) apresenta anos anteriores (2006, 2007 e 2008), além de 2012. O ideal seria elaborar os mapas tendo como referência 2007 – o ano do início da expansão mais intensa da escola privada – e 2013 – o ano mais recente – porém a série histórica da Fundação SEADE não é compatível com a do site Infocidade, devido à constatação de inúmeras incongruências para o ano de 2012, provavelmente decorrentes do georreferenciamento dos dados realizado independentemente pela SMDU/PMSP a partir dos dados brutos disponibilizados, por sua vez, pelo Centro de Informações Educacionais da Secretaria de Estado da Educação (CIE/SEE-SP), o qual não se ocupa nem do preparo nem da análise destes dados, apenas da sua coleta para o Censo Escolar do Inep/MEC. Sabemos que não é o ideal, afinal de contas estamos considerando um processo em andamento e cujos dados mais recentes já foram recolhidos, mas não tivemos escolha a não ser elaborar os mapas a partir dos anos disponibilizados pelo Infocidade: 2007 e 2012. A outra opção seria privilegiar o ano mais recente e a série histórica da Fundação SEADE e nos ocupar apenas da evolução entre 2011 e 2013, mas com isso perderíamos o final da década de 2000, justamente quando começa o fenômeno que buscamos interpretar, o que nos pareceu uma escolha bem menos reveladora do processo social.

na rede particular da cidade de São Paulo por distrito (2007)

Mapa 2 – Percentual das matrículas do Ensino Fundamental I na rede particular da cidade de São Paulo por distrito (2012)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Infocidade (SMDU/PMSP)

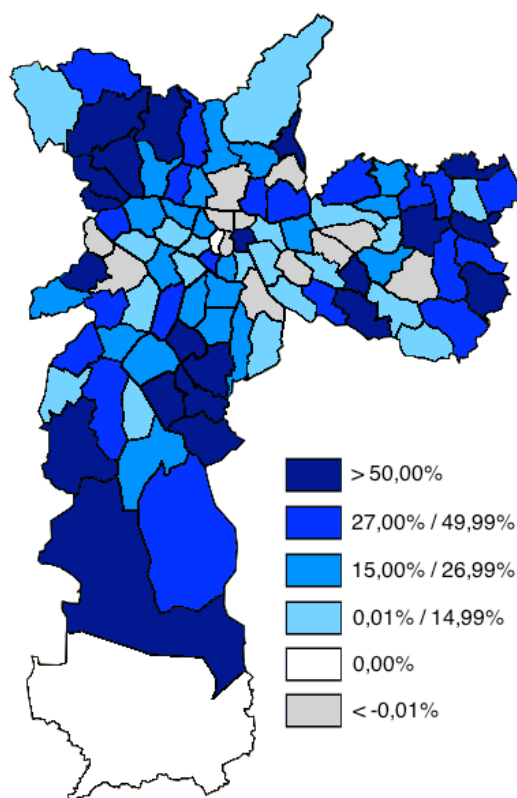
Disponível em: <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2014.

O que mostram estes mapas quando comparados? Em primeiro lugar que o aumento na proporção média de matrículas particulares no Fundamental I na cidade de São Paulo de 19,46% em 2007 para 26,82% em 2012 não alterou a estrutura relacional entre um centro expandido concentrador das escolas privadas e distritos periféricos e semi-periféricos nos quais predominam as escolas públicas. Aparentemente nada de novo no fronte. Contudo, uma alteração no quadro já pode ser notada se atentarmos para o aumento dos números de corte em cada um dos quartis do mapa. Isto significa que a tendência de expansão da escola privada em proporção à escola pública atingiu a cidade como um todo. Mas estes dois mapas ainda não nos permitem verificar o que mais nos importa aqui: a distribuição espacial da intensidade do fenômeno em questão, passo

preliminar para a construção de nosso objeto em direção à operacionalização empírica da pesquisa de campo. Para isto, apresentaremos dois outros mapas comparando a trajetória de expansão da escola privada de 2007 a 2012 em dois aspectos: crescimento absoluto⁷ e crescimento da proporção relativa⁸.

Em 2007, a cidade de São Paulo tinha 162.930 matrículas no Fundamental I na rede particular de ensino, enquanto em 2012 este número passou para 200.253 (tendo continuado a subir em 2013 para 206.467), o que significa um crescimento absoluto de 22,91% (se a base de comparação fosse o último Censo Escolar, o de 2013, este número seria ainda maior: 26,72%). A seguir, vamos conferir como esta expansão absoluta se distribuiu territorialmente pelos distritos municipais da cidade.

Mapa 3 – Crescimento absoluto das matrículas do Fundamental I na rede particular da cidade de São Paulo por distrito (2007-2012)



7 Crescimento absoluto = $[(\text{n}^\circ \text{ de matrículas particulares em 2012}) - (\text{n}^\circ \text{ de matrículas particulares em 2007})] / (\text{n}^\circ \text{ de matrículas particulares em 2007})$.

8 Crescimento da proporção relativa = $(\text{proporção de matrículas particulares em 2012}) - (\text{proporção de matrículas particulares em 2007})$.

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Infocidade (SMDU/PMSP)

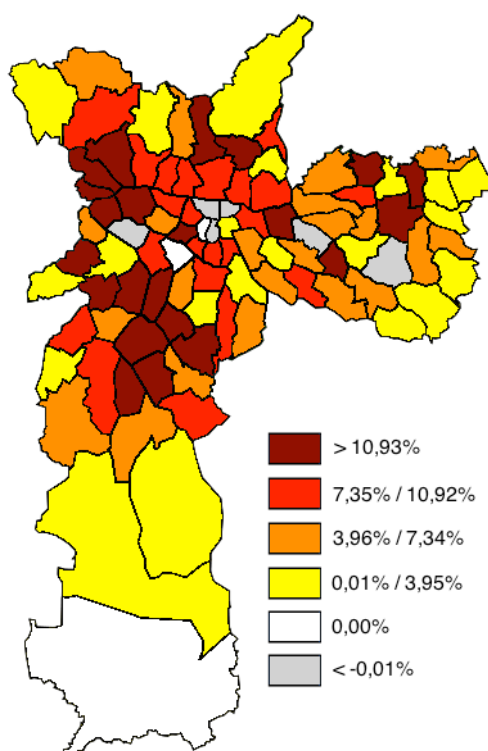
Disponível em: <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2014.

Destacam-se, em uma primeira análise, três grandes enclaves de distritos contíguos que concentram a intensidade da expansão da escola privada: no extremo sul (os distritos de Jardim Ângela e Parelheiros); no sudeste (os distritos de Campo Belo, Jabaquara, Campo Grande, Cidade Ademar e Pedreira); e no extremo noroeste (distritos de Brasilândia, Jaraguá, Pirituba, São Domingos e Jaguará). Também há casos isolados sem formarem enclaves, como Rio Pequeno, Jaçanã e Brás (este, um caso a ser desconsiderado, como será explicado logo mais). Por fim, a Zona Leste apresenta uma certa heterogeneidade, haja visto que distritos que passaram pelo encolhimento da escola privada (Vila Formosa, Aricanduva e Parque do Carmo) convivem lado a lado com outros que formam enclaves menores, como Aricanduva/Sapopemba e Itaquera/Lajeado. De forma geral, o centro expandido não se destaca, com o foco recaindo em regiões mais periféricas. Contudo, por mais relevante que seja atentar para o crescimento absoluto das matrículas particulares, é necessário contextualizar estes dados, caso contrário eles podem distorcer nossa percepção e superavaliar a intensidade da expansão da escola privada em determinados distritos, principalmente porque há casos nos quais o número absoluto de alunos matriculados na rede particular era muito baixo no ano de 2007, como nos casos dos distritos: Brás (de 0 matrícula particular no Fundamental I em 2007 para 69 em 2012, tratando-se de um caso a ser ignorado haja visto que o crescimento absoluto teria sido matematicamente infinito), Lajeado (de 39 para 365) e até mesmo Cidade Tiradentes (de 469 a 744). É preciso, portanto, relativizar estas informações para não superestimar a relevância da periferia para o processo em questão e um meio adequado para isto é não ignorar que a intensidade da expansão da escola privada também se revela por meio do aumento da sua proporção em relação ao número total de matrículas em um distrito.

Como visto no Gráfico 2, a proporção de matrículas no Ensino Fundamental na rede particular em 2007 era de 19,46%, passando em 2012 para 26,82% (proporção que continuou a crescer em 2013, para 28,24%). Isto significa que a média na cidade como um todo do crescimento da proporção relativa da escola privada é de 7,35% (se a base de comparação fosse o Censo Escolar de 2013, este crescimento seria ainda maior, de

8,78%). A seguir, a distribuição espacial da intensidade desta expansão relativa:

Mapa 4 – Crescimento da proporção relativa das matrículas do Fundamental I na rede particular da cidade de São Paulo por distrito (2007-2012)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Infocidade (SMDU/PMSP)

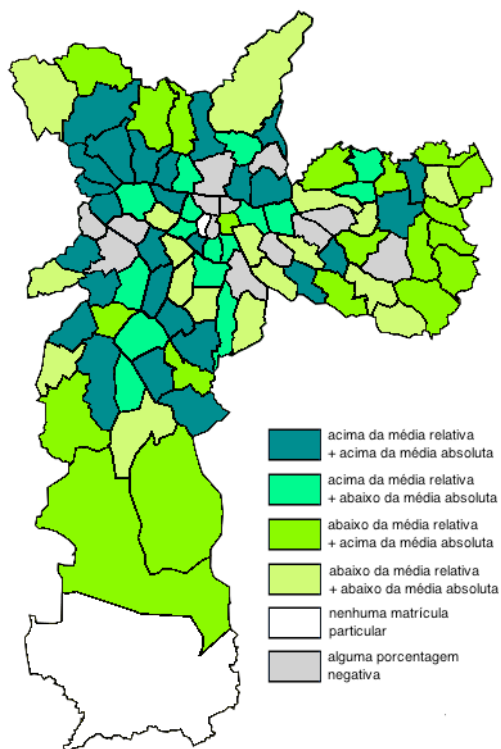
Disponível em: <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2014.

Da mesma forma que no mapa anterior, estamos preocupados em destacar os distritos nos quais se concentra mais intensamente a expansão da escola privada. Em uma primeira comparação entre os dois mapas, observa-se que o enclave do extremo sul simplesmente desaparece, enquanto que os do sudeste e do noroeste mantêm certos distritos, excluem outros mais periféricos e incluem alguns menos periféricos, com um “movimento” da intensidade em direção ao centro. O enclave que chamamos de sudeste dá lugar a um enclave mais direcionado ao sudoeste, no qual Jabaquara, Campo Belo e Campo Grande permanecem como foco de intensidade no aumento da proporção relativa das matrículas particulares, incluindo os distritos Socorro, Santo Amaro, Itaim Bibi, Morumbi e Vila Sônia, sendo estes três últimos muito mais centrais do que os demais (no sentido de concentração de renda, bens, serviços e outros privilégios). Já o enclave do

extremo noroeste deixa de ser tão extremo, para incluir os distritos mais centrais da Lapa e Vila Leopoldina, além da permanência de Pirituba, São Domingos e Jaguará. O distrito do Rio Pequeno aparece novamente, como um caso isolado entre os dois enclaves considerados. Por fim, a Zona Leste apresenta novamente uma heterogeneidade de situações, com os distritos de Aricanduva e Itaquera repetindo o protagonismo do mapa anterior e incluindo agora os casos de São Miguel, Ermelino Matarazzo e Tatuapé. Por um lado, a saída de cena de alguns distritos periféricos provavelmente se relaciona à intensidade do crescimento absoluto estar nestes casos condicionada a uma rede particular de ensino bastante incipiente em seu território; por outro lado, a inclusão de distritos com uma rede particular já consolidada (nomeadamente Itaim Bibi, Morumbi e Vila Sônia), demonstra que a expansão da escola privada é *tanto* um fenômeno de adensamento do mercado educacional em territórios já tradicionalmente hegemônicos pela educação escolar privada *quanto* a criação de novos “nichos de mercado”, em bairros com predomínio de moradores das classes populares, antes exclusivamente frequentadores da escola pública.

Em uma tentativa de síntese das duas dimensões da expansão da escola privada – os crescimentos absoluto e da proporção relativa – a fim de considerá-los simultaneamente para localizar melhor em que distritos este processo social se concentra mais intensamente, apresentamos um terceiro mapa, no qual os distritos não são mais divididos por meio da técnica dos quartis (excluídos os casos nulos – como República e Marsilac que não contam com nenhuma escola particular entre 2007 e 2012 – ou negativos – com alguma queda dos percentuais) e sim com relação às médias da cidade de São Paulo nos casos do crescimento absoluto e da proporção relativa (como dito: 22,91% e 7,35%, respectivamente); trata-se de destacar aqueles distritos que apresentaram *simultaneamente* expansões absoluta e relativa das matrículas particulares acima da média do município (totalizando 27 casos de crescimento mais intenso do que a totalidade da capital paulistana), bem como de descartar aqueles distritos que presenciaram alguma porcentagem negativa (seja apenas no crescimento absoluto, seja somente no crescimento da proporção relativa, seja em ambos os casos); com intenção simplificadora, na legenda constam somente os termos “média absoluta” e “média relativa”. Por fim, vale dizer que faz muito sentido que o(s) distrito(s) eleito(s) para realizarmos a pesquisa de campo saia(m) justamente destes 27 casos.

Mapa 5 – Síntese dos crescimentos das matrículas do Fundamental I na rede particular da cidade de São Paulo por distrito (2007-2012)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Infocidade (SMDU/PMSP)

Disponível em: <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2014.

Não esqueçamos nosso propósito com estas espacializações dos dados quantitativos e a comparação entre os diferentes mapas da cidade de São Paulo: avançar na delimitação territorial do campo da pesquisa empírica qualitativa. Conforme nosso foco é investigar a vida cotidiana das famílias que optaram por “migrar” da rede pública para a rede particular de ensino, com o objetivo de reconstruir empiricamente seus modos de vida, a etnografia surge como procedimento privilegiado, o que implica em um alto grau de observação participante e, portanto, não há muita escapatória a uma abordagem local (ou: localista), centrada em aspectos microssociais, ou seja, levando a cabo um ou alguns estudos de caso pela equipe de pesquisadores, por meio de uma multiplicidade de técnicas de coleta de dados. Este último mapa-síntese nos possibilita visualizar alguns distritos como estudos de caso promissores para descrever, analisar e avaliar a expansão da escola privada, pois aponta os distritos nos quais o processo em questão é mais

intenso. Distritos que apareceram com destaque nos três mapas indicam uma maior intensidade da expansão da escola privada em todas as quatro zonas da cidade (mas curiosamente não na região central *stricto sensu*): Zona Sul (Jabaquara, Campo Belo e Campo Grande); Zona Oeste (Rio Pequeno e Jaguará); Zona Norte (São Domingos e Pirituba); e Zona Leste (Aricanduva e Itaquera). Também pudemos concluir que distritos com escolas privadas mais tradicionais também participam da dinâmica de expansão da rede particular, excluindo a possibilidade de que seria um processo restrito a distritos periféricos e semi-periféricos; o mapa-síntese traz, além dos distritos já mencionados, os casos de Vila Sônia, Itaim Bibi, Pinheiros e Bela Vista para o primeiro plano, regiões claramente centrais em termos materiais e simbólicos e que não tinham se destacado nas análises anteriores. Porém, o fenômeno realmente novo neste processo como um todo são distritos que não são conhecidos por abrigar escolas particulares tradicionais, tanto na Zona Sul (como Pedreira, Jardim São Luís e Campo Limpo) quanto na Zona Leste (como São Lucas e São Miguel) e com um grande destaque para vários distritos na Zona Norte (Jaraguá, Freguesia da Ó, Limão, Cachoeirinha, Vila Guilherme e Jaçanã). Em uma perspectiva teórico-tradicional, a tendência do recorte espacial do campo da pesquisa poderia ser três estudos de caso representativos de diferentes zonas da cidade, privilegiando a multiplicidade de experiências no município – tais como: Pirituba (ZN), Jabaquara (ZS) e Aricanduva ou Itaquera (ZL). Outra escolha óbvia para um estudo de caso, também de caráter etnográfico, seria um largo território relativamente homogêneo que depois poderia ser novamente recortado, localizado na região noroeste da cidade e abrangendo vários distritos contíguos entre si, começando em Jaguará, passando por São Domingos, Jaraguá, Pirituba e Freguesia do Ó, até chegar no bairro do Limão.

Embora o distrito Jardim São Luís não figure entre os primeiros de nenhum destes rankings por nós construído (29º no crescimento absoluto e 36º no crescimento da proporção relativa, mas em ambos os casos apresentando números acima da média da cidade: 39,27% e 8,33%, respectivamente), argumentaremos que, pelos critérios construídos e eleitos por nós, ele servirá de base ou ponto de partida para a delimitação do campo da pesquisa empírica qualitativa. Caso nossa pesquisa se propusesse uma linha teórica tradicional não haveria maiores dúvidas a não ser eleger os distritos que apresentam uma *maior intensidade quantitativa* na expansão da escola privada – mesmo considerando a bidimensionalidade deste crescimento nos seus aspectos absoluto e

relativo, ainda se trata de uma abordagem meramente quantitativa (*quantitativista*, portanto). Contudo, nossa pesquisa se insere no campo da Teoria Crítica; isto significa que não apenas a construção do objeto, a escolha do quadro teórico e a eleição dos procedimentos metodológicos, mas também decisões acerca da delimitação espacial no qual a pesquisa de campo vai se desenrolar devem passar por um crivo teórico-crítico, sempre preocupado, pois, com uma “orientação para a emancipação” (NOBRE, 2004) e para a unidade dos componentes empíricos e normativos.

A forma pela qual estamos buscando avançar nesta delimitação normativamente orientada do campo da pesquisa empírica qualitativa se dá mediante um procedimento que nomeamos provisoriamente de *território normativo* (ou dito de forma mais precisa porém mais pedante: *normatividade territorializada*). O território aqui não é considerado em seus aspectos puramente espaciais ou geográficos, mas sim dos conflitos sociais, em termos da identificação e mesmo construção por parte do pesquisador de um espaço nos quais os processos sociais encontram-se interligados e apresentam algum grau de homogeneidade material e simbólica, a ponto de podermos falar de uma *situação social compartilhada*, que contém diferentes potencialidades e bloqueios. De acordo com todas estas considerações, parece-nos produtivo, de um ponto de vista crítico, definir o campo – o *território* – a partir das lutas sociais que emergem da mesma situação social que estamos buscando analisar e interpretar, pois estas vão na contramão do aumento das matrículas na escola particular.

É justamente neste sentido que o distrito Jardim São Luís se destaca em relação aos outros distritos anteriormente listados, pois foi a partir dele – e de distritos vizinhos – que surgiu um dos mais importantes e recentes episódios de luta social por educação na capital paulistana, o Movimento “Creche para Todos”. Paralelamente à aceleração do crescimento desde 2007 das matrículas em escolas particulares acima descrito e exposto, esta foi uma das principais mobilizações em torno da educação pública na cidade, surgida neste mesmo ano (RIZZI; XIMENES, 2010). Alguns grupos ou agências de mediação (MARTINS, 1989) organizaram cadastros de demanda com mães trabalhadoras residentes em bairros periféricos da Zona Sul da cidade para reivindicar a expansão da Educação Infantil (creches e pré-escolas) por meio de ações civis públicas. A seguir apresentamos alguns dos principais agentes envolvidos no movimento, com sua respectiva localização, atuação e origem histórica:

(1) “Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação”, localizada na região central da cidade (distrito *Consolação*), é uma verdadeira *articuladora* (LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2011); trata-se de uma ONG fundada em 1994, desempenhando desde então importante papel de assessoria técnica para inúmeras mobilizações sociais e populares.

(2) “Associação Internacional de Interesse a Humanidade (AIHH) Jd. Emilio Carlos e Irene”, localizada bem na divisa entre Embu das Artes (onde fica Jardim Emílio Carlos) e São Paulo (Jardim Irene fica, por sua vez, no extremo oeste do distrito *Capão Redondo*); uma Associação de Bairro fundada em 1984 e que mudou para seu nome atual a partir de 2003, com a eleição de um novo presidente.⁹

(3) “Casa dos Meninos”, localizada no Jardim Fim de Semana (noroeste do distrito *Jardim São Luís*) foi fundada em 1962, tendo funcionado como abrigo e orfanato para crianças e adolescentes até 1978, quando os fundadores se dispersaram; a partir de 1982, assume uma “nova diretoria, formada por membros da comunidade de seu entorno” que se propõe a atender crianças e adolescentes não mais sob a forma de abrigo, mas de atividades junto à política pública de assistência social e se tornando, já em 2005, um Ponto de Cultura, sob o nome “Cultura Digital nas Práticas Colaborativas”.¹⁰

(4) “Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP) de Campo Limpo”, localizado, na realidade, não no distrito de Campo Limpo, mas no *Capão Redondo* (mais especificamente no bairro Parque Maria Helena, no nordeste deste distrito); inicialmente, surgiu no final da década de 1970 como a Comissão Pastoral dos Direitos Humanos da Região Episcopal de Itapeverica da Serra (ainda ligada nesta época à Arquidiocese de São Paulo, mas a partir de 1989 integrante da Diocese de Campo Limpo), fenômeno estreitamente relacionado às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); já na década de 1990 passa a se constituir como uma ONG.¹¹

9 HISTÓRIA da AIHH Associação Internacional de Interesse a Humanidade. **Folha Sul**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.folhasul.com.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

10 Informações disponíveis em: <<http://www.casadosmeninos.org.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2014. E também em: <<http://www.conferenciapermanente.com/mboi2009/imagens/anexos/0109200916004.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2014. Outros dados sobre a entidade podem ser encontrados em dissertações de mestrado recentes (BRENER, 2004; PACIORNIK, 2013).

11 Informações disponíveis em: <<http://cdhep.org.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2014. Trata-se da associação com maior número de pesquisas acadêmicas sobre seu histórico e sua atuação (GOUVÊA, 1997; SILVA,

(5) “Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Jardim Ângela”, localizado no bairro Jardim Dionísio (no extremo norte do distrito *Jardim Ângela*); oferece atendimento a crianças e adolescentes, em defesa dos seus direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e é mantido pela Sociedade Santos Mártires, uma ONG fundada em 1988 e ligada à Paróquia Santos Mártires (também subordinada atualmente à Diocese de Campo Limpo).¹²

(6) “Instituto de Cidadania Padre Josimo Tavares”, localizado no Parque Rondon (extremo sudoeste do distrito *Capão Redondo*); trata-se de uma ONG fundada em 2003 e que mantém parcerias e convênios com a SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), com três CCAs (Centros para Crianças e Adolescentes) e um CJ (Centro da Juventude)¹³; seu nome é uma homenagem a um padre católico progressista¹⁴, o que se explica pelo fato de que “Algumas das pessoas que hoje atuam no IPJ iniciaram sua militância na década de 1980, ainda nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, através da atuação nas pastorais da criança, de juventude, saúde e do dízimo”¹⁵.

(7) “Instituto Lidas”, localizado no Jardim das Imbuías (no sul do distrito *Cidade Dutra*); assessoria técnica que surge em 1988, a partir da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo; desde 1993, o Instituto muda o foco de sua atuação, saindo das fábricas e se direcionando principalmente para políticas urbanas relacionadas à criança e ao adolescente; seu trabalho consiste na coleta de dados georreferenciados acerca de determinados territórios e distribuindo-os na forma de mapas para os cidadãos participarem ativamente do planejamento de políticas públicas; a partir de 1999 mantém, inclusive, uma parceria com a Casa dos Meninos (PEREIRA; SILVA; SOUZA, 2007).

Em termos da origem histórica destas instituições, poderíamos apontar traços que

M., 2000; BOONEN, 2011).

12 Informações disponíveis em: <<http://www.santosmartires.org.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

13 Informações disponíveis em: <<http://www.revistasorria.com.br/site/edicao/politica-em-casa.php>>. Acesso em: 21 jul. 2014. E também em: <<http://www.carlosneder.com.br/site/pronunciamentos/691/homenagem-ao-padre-josimo>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

14 O pe. Josimo Morais Tavares foi coordenador na década de 1980 da CPT (Comissão Pastoral da Terra) do Araguaia-Tocantins, tendo sido assassinado em 1986 por conta de seu envolvimento com lutas sociais camponesas pela reforma agrária.

15 Informações disponíveis em: <<http://ipjtavares.org.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

poderiam ser caracterizados como um *perfil social-desenvolvimentista*, tanto num *sentido quantitativo*, dos anos quando foram fundadas ou refundadas¹⁶ quanto em diversos *sentidos qualitativos*, como a adesão à defesa de direitos sociais¹⁷ ou a apropriação de determinadas formas inexistentes no modelo de sociedade nacional-desenvolvimentista¹⁸. Seria preciso investigar como este associativismo na Zona Sul de São Paulo constitui ou não uma *rede* de atuação política e, principalmente, uma rede que fomenta uma “*sociabilidade social-desenvolvimentista*”, ou seja, promove e fomenta uma cultura política democrática, em um verdadeiro processo de aprendizagem política extra-escolar ou de educação não-formal (GOHN, 1999).

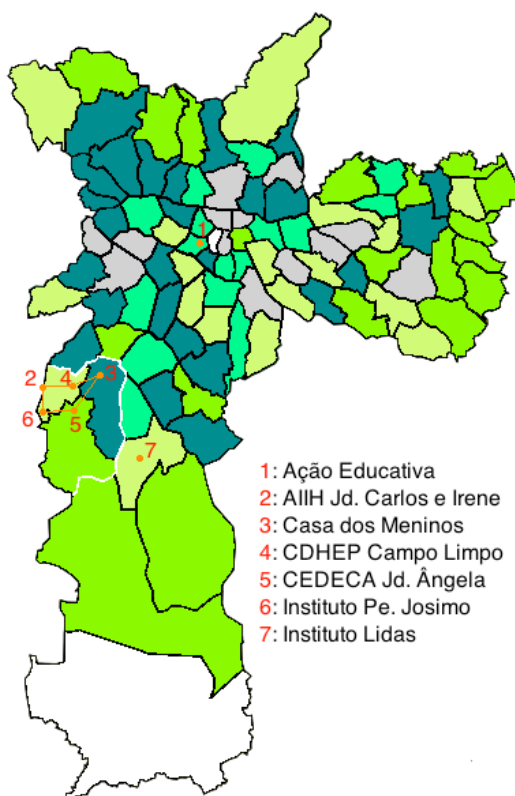
Como é possível verificar no mapa abaixo, as agências de mediação se localizam em sua maioria no território formado por três distritos (assinalados por um tracejado branco): Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís; e como dito anteriormente, vamos argumentar que este último distrito, por seu protagonismo tanto na intensidade da expansão da demanda por escola privada no Ensino Fundamental quanto nesta mobilização social e popular demandando oferta pública no âmbito da Educação Infantil, seja a base da delimitação do campo de nossa pesquisa empírica.

Mapa 6 – Mapa-síntese com localização aproximada dos agentes de mediação do Movimento “Creche Para Todos”

16 Em um contexto de redemocratização ou de consolidação da democracia pós-Constituição de 1988: CDHEP de Campo Limpo no final dos anos 1970; no início da década de 1980, a Casa dos Meninos deixa de ser orfanato e no seu final surge o Lidas; Ação Educativa na década de 1990; e, por fim, Instituto Padre Josimo fundado em 2003 e AIIH Jd. Carlos e Irene refundada no mesmo ano.

17 Os direitos sociais se consolidam justamente a partir da Constituinte de 87-88, como o direito à educação (aprofundado, como vimos, na LDB de 1996); os direitos da criança e do adolescente (cristalizados no ECA, lei promulgada em 1990); e o direito à assistência social (no contexto da seguridade social e da LOAS, lei datada de 1993).

18 Desde a origem nos setores progressistas da Igreja Católica, ligados à teologia da libertação, passando pelas assessorias técnicas de movimentos populares, até a forma das ONGs.



Fonte: elaboração própria

O recorte proposto de um *território normativo* – ou seja, expandindo o pentágono assinalado em laranja para a totalidade dos distritos Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís, periferia da Zona Sul de São Paulo – fornece um quadro mais geral de perguntas no qual se cruzam tanto os dados do aumento das matrículas particulares do Ensino Fundamental quanto a luta pela expansão do ensino público. Este cruzamento entre os dados estatísticos da educação escolar particular e a mobilização social por educação pública nos parece um *meio heurístico* que permite levantar as seguintes questões norteadoras: por que algumas famílias trabalhadoras escolhem lutar socialmente por educação pública em um determinado nível (Infantil) e outras famílias trabalhadoras, dos mesmos distritos periféricos, escolhem migrar da escola pública para as particulares em um outro nível (Fundamental)? Qual é a *cultura política* que orienta estas famílias? E, principalmente, quais as consequências a longo prazo desta expansão das matrículas particulares para o aprofundamento de um modelo de sociedade social-desenvolvimentista? Caminharíamos para seu bloqueio ou para seu aprofundamento? Antes de avançar na construção do objeto de nossa pesquisa por meio do esclarecimento

das suas perguntas norteadoras, ainda se fazem necessários retomar os dados quantitativos dos três distritos eleitos a fim de justificar plenamente a sua escolha. Vejamos os dados desagregados em detalhe:

Tabela 1 – Dados detalhados dos distritos escolhidos
– Ensino Fundamental I

	Capão Redondo	Jardim Ângela	Jardim São Luís	MÉDIA SÃO PAULO
Matrículas particulares 2007	4,898	1,333	2,951	--
% particular 2007	19.03%	4.85%	12.69%	19.46%
Matrículas particulares 2012	5,576	2,181	4,110	--
% particular 2012	22.43%	8.83%	21.02%	26.82%
Crescimento absoluto	13.84%	63.62%	39.27%	22.91%
Crescimento da proporção relativa	3.40%	3.98%	8.33%	7.35%

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Infocidade (SMDU/PMSP)

Disponível em: <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2014.

Já foi enfatizado que o Jardim São Luís faz parte daqueles 27 distritos que apresentam altos índices de crescimento absoluto e de crescimento da proporção relativa das matrículas particulares, ou seja: concentram comprovadamente a expansão da escola privada em uma intensidade superior à média da cidade e devem necessariamente ser considerados para a delimitação territorial dos estudos de caso a serem levados a cabo. Apenas considerando o mapa-síntese das expansões absoluta e relativa da rede particular no Ensino Fundamental I, Capão Redondo e Jardim Ângela não assumiriam protagonismo e não seriam candidatas evidentes a serem escolhidos para desenvolver nossa pesquisa de campo. Mas se lembrarmos o Mapa 3, o Jardim Ângela apresenta crescimento absoluto de 63,62% das matrículas particulares (e praticamente dobrando a proporção em relação ao total: de 4,85% para 8,83%); o que se explica, em verdade, pelo baixo patamar inicial de matrículas em 2007 (apenas 1.333, muito abaixo dos outros dois distritos: 2.951 no Jardim São Luís e 4.989 no Capão Redondo). Este último número explica simultaneamente tanto a razão pela qual o Capão Redondo não se destaca na intensidade da expansão da escola privada, quanto justifica o interesse em estudar o seu caso específico na dinâmica do mercado educacional “popular”; trata-se de um caso

oposto ao do Jardim Ângela, haja visto que o patamar inicial em 2007 já é relativamente alto, apresentando em 2012 tanto uma proporção de matrículas particulares superior ao Jardim São Luís (22,43% versus 21,02%), quanto números absolutos igualmente superiores (5.576 versus 4.110). Ora, se o patamar é desde o início maior, é mais difícil que o mercado se expanda em ritmos mais intensos do que se o patamar é inferior. Mas os números evidenciam que já existia no Capão Redondo uma rede particular de ensino mais ou menos consolidada – e continua a existir: a expansão é contínua, mesmo que com ritmos menores do que nos outros dois casos. Uma hipótese a ser verificada neste caso é a relação entre a origem da ocupação da região, historicamente ligada à Igreja Adventista do Sétimo Dia e um verdadeiro circuito de escolas adventistas no Capão Redondo (totalizando um número de sete colégios particulares). Deste modo, os três distritos eleitos apresentam diferentes razões que justificam sua eleição como *território normativo*: além de sediarem alguns dos principais agentes de mediação do Movimento Creche Para Todos, o Jardim São Luís apresenta uma intensidade da expansão das matrículas particulares num sentido tanto relativo quanto absoluto, enquanto que o Jardim Ângela apresenta um crescimento absoluto dos mais intensos devido a um mercado educacional frágil e o Capão Redondo não se destacando até este momento em nossos mapas e rankings justamente por conta de um mercado educacional mais consolidado, mas nem por isso constituindo um caso menos interessante do que os dois anteriores. Além disso, o Capão Redondo abriga 2 das 5 agências de mediação consideradas na delimitação do território normativo (CDHEP Campo Limpo e Instituto Pe. Josimo; sem contar o bairro Jardim Irene, área de atuação da AIIH).

Com o campo da pesquisa empírica delimitado com fundamentos teórico-críticos, voltamos à pergunta central da linha de pesquisa: *por que (e como) estas famílias estão migrando da rede pública para a rede particular no nível do Ensino Fundamental I?* Isto significa que o objetivo imediato da pesquisa é investigar a cultura política dos pais destas crianças; o foco são as famílias e suas escolhas, decisões e motivações, não a escolarização propriamente dita; os adultos, pais e as mães, não os alunos, crianças de 6 a 10 anos; o entorno da escola, a sociabilidade dos bairros, não os processos no interior da escola. Partir para a investigação da sala de aula, entrando no cotidiano destas escolas particulares pode ser o objeto de uma segunda etapa da pesquisa, cujo foco poderia então recair nas salas de aula e nos processos de aprendizagem formal (escolar) das crianças.

Por enquanto, a pesquisa se propõe a circular *em torno* da escola. Investigar empiricamente os motivos e significados que os responsáveis destas crianças atribuem à “migração” em direção à escola privada implica em desenhar e planejar a pesquisa no sentido de encontrar e acessar estas famílias; isto só se torna possível mediante a colaboração das próprias escolas particulares.

Um primeiro passo para conseguir abordar as famílias será por meio do mapeamento (via georreferenciamento) destas escolas, esboçando um perfil inicial (por meio de *análise documental* e, possivelmente, por *entrevistas semi-estruturadas* com responsáveis da escola) que indique padrões e características típicas (bem como desvios e singularidades) do mercado educacional no território normativo constituído pelos três distritos eleitos.

Um segundo passo deverá ser conquistar a confiança das direções e coordenações das escolas para que elas colaborem com a pesquisa, “abrindo suas portas” para aplicar um amplo *survey* com pais e mães, buscando mapear o perfil das famílias que ali matriculam seus filhos: ocupação sócio-econômica; orçamento familiar; estrutura familiar; trajetórias de escolarização dos pais (e de outros irmãos das crianças); religiosidade; raça/etnia; idade (dos pais e dos filhos); local de moradia; etc.

A abordagem direta e individual das famílias provavelmente se dará por *entrevistas semi-estruturadas*; o questionário pode nos levar a considerar outras informações secundárias, mas o principal aqui será reconstituir o processo de tomada de decisão da escolha do estabelecimento particular. Além das possíveis motivações imediatas, outras perguntas nessa fase poderão formar o seguinte horizonte de questionamentos: *como* foi a decisão de “migrar”? Quais foram os critérios de escolha do estabelecimento de ensino? Com que pessoas conversaram? Alguém indicou? Foram atrás de informações “impessoais” ou “objetivas”? Utilizaram a internet? Realizaram pesquisa, indo até às escolas? Ou escolheram por proximidade geográfica? Ou por preço da mensalidade? Por não serem laicas (como as públicas)? Por promoverem algum valor ético, moral ou religioso? Há relação entre credo religioso e preferência por uma escola privada não-leiga (i.e. confessional)? Há indicação de escolas privadas confessionais no interior da rede de sociabilidade de determinadas igrejas a elas ligadas? Por segurança e integridade física em comparação com a escola pública? A adoção de sistema apostilado é de alguma forma valorizado? Outras escolas além da escolhida foram consideradas?

Por que foram descartadas? Ou: em comparação com estas consideradas, porque esta escola privada específica foi escolhida?

Ainda há procedimentos intermediários até se chegar numa reconstrução dos modos de vida e das culturas políticas em convivência e em conflito na vida cotidiana das famílias a serem observadas e com quem interagiremos (por meio de múltiplas formas de observação participante). Para isto, outras técnicas de coleta de dados poderão ser incrivelmente úteis, tais como: entrevistas individuais em profundidade sob a forma de *histórias de vida* (MOREIRA, 1953), a fim de reconstruir as trajetórias de escolarização de pais e mães que optaram pela “migração”; outra opção muito promissora seria reunir os adultos responsáveis pelas crianças em *grupos de discussão* (POLLOCK; ADORNO, 2011) numa espécie de simulação de uma esfera pública informal a fim de extrair do seu debate acerca da escola pública, suas concepções acerca do direito à educação, da justiça ou injustiça do atual estado da rede pública de ensino e de como esta situação se relaciona com um quadro mais amplo de reprodução de desigualdades e como eles concebem e se posicionam com relação a estas mesmas desigualdades. Avaliar normativamente os processos sociais tendo em vista a categoria de modelo de sociedade social-desenvolvimentista implica necessariamente em perguntar aos sujeitos acerca de suas próprias imagens de sociedade e como estas se relacionam criticamente (ou não) com as desigualdades materiais e simbólicas que organizam a ordem social no Brasil.

Referências bibliográficas

- ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, Comissão de Sistematização. **Emendas Populares**, vol. 2: "Textos e Justificativa". Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-231.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2013.
- BOONEN, Petronella Maria. **Justiça Restaurativa, um desafio para a educação**. Orient. Flávia Ines Schilling. Tese (Doutorado em Educação) – FE/USP, São Paulo, 2011.
- BRANDÃO, Lucas Coelho. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular**. Orient. Brasília Sallum. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH/USP, São Paulo, 2011.
- BRENER, Branca Sylvia. **Jovens em cena: o desenvolvimento do protagonismo juvenil numa entidade social de S. Paulo**. Orient. Maria do Carmo Brant de Carvalho. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUC-SP, São Paulo, 2004.
- DUARTE, Clarice Seixas. **O direito público subjetivo ao ensino fundamental na Constituição Federal brasileira de 1988**. Orient. Fábio Konder Comparato. Tese (Doutorado em Direito) – FD/USP, São Paulo, 2003.
- FARENZENA, Nalú. **Diretrizes da política de financiamento da educação básica brasileira: continuidades e inflexões no ordenamento constitucional-legal (1987-1996)**. Orient. Maria Beatriz Luce. Tese (Doutorado em Educação) – FAGED/UFRGS, Porto Alegre, 2002.

- FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.
- GOUVÊA, Maria das Graças de. **Educação Popular junto aos Movimentos Sociais**: O Centro de Direitos Humanos e Educação Popular/CDHEP – Campo Limpo/Zona Sul da cidade de São Paulo. Orient. Maria Lúcia Carvalho da Silva. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC-SP, São Paulo, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**, v. 2: “Sobre a crítica da razão funcionalista”. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- HERKENHOFF, João Baptista. **Dilemas da educação**: dos apelos populares à constituição. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.
- HONNETH, Axel. A Theory of Justice as an Analysis of Society. Preliminary Remarks on a Research Program. In: SOEFFNER, Hans-Georg (Hg.). **Unsichere Zeiten**: Herausforderungen gesellschaftlicher Transformation. Verhandlungen Des 34. Kongresses Der Deutschen Gesellschaft Für Soziologie in Jena 2008, Band 2. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2010. p. 708-716.
- LACERDA, Rosane Freire. **Os Povos Indígenas e a Constituinte**: 1987/1988. Brasília: CIMI, 2008.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Org.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- LAVALLE, Adrian Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. Movimentos sociais e articuladoras no associativismo do século XXI. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (Org.). **São Paulo**: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política). São Paulo: Ed. 34/CEM, 2011. p. 253-275.
- LOURENÇO FILHO, Ricardo Machado. **Liberdade sindical, autonomia e democracia na Assembléia Constituinte de 1987/1988**: uma reconstrução do dilema entre unicidade e pluralidade. Orient. Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto. Dissertação (Mestrado em Direito) – FD/UnB, Brasília, 2008.
- MARQUES, Eduardo; GONÇALVES, Renata; SARAIVA, Camila. As condições sociais na metrópole de São Paulo na década de 1990. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 73, p. 89-108, nov. 2005.
- MARQUES, Fernando Gonçalves. **A Assembléia Nacional Constituinte e a política de saúde no Brasil**. Orient. Marta Arretche. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – FFLCH/USP, São Paulo, 2010.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MEDEIROS, Jonas. **Proposta de abertura de uma linha de pesquisa em Educação no NDD/Cebrap**. Mimeo, 2011.
- MEDEIROS, Jonas. **Representações sociais das mulheres das classes populares**: lógica do desenvolvimento cognitivo e processos não-formais de aprendizagem. Orient. Maria da Glória Gohn. Projeto de Pesquisa (Doutorado em Educação) – FE/UNICAMP, Campinas, 2013.
- MICHILES, Carlos; et alli (Org.). **Cidadão constituinte**: a saga das Emendas Populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOORE JR., Barrington. **Injustiça**: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1978].
- MOREIRA, Renato Jardim. A história de vida na pesquisa sociológica. **Revista Sociologia**, São Paulo, v. 15. n. 1, p. 25-30, 1953.
- NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. **Public Sphere and Experience**: Toward an Analysis of the Bourgeois and Proletarian Public Sphere. Minneapolis/London: The University of Minnesota Press, 1993 [1972].
- NERIS, Natália. **Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte**: primeiras considerações. Mimeo, Cebrap, São Paulo, 2013.
- NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- NOBRE, Marcos. Da “formação” às “redes”: Filosofia e cultura depois da modernização. **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, n. 19, p. 13-36, jan./jun. 2012.
- NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. **A LDB e o Contexto Nacional**: o papel dos partidos políticos na elaboração dos projetos – 1988 a 1996. Orient. José Luis Sanfelicce. Tese (Doutorado em Educação) – FE/UNICAMP, Campinas, 1997.

- OLIVEIRA, Adriana Vidal de. **A Constituição da Mulher Brasileira**: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional. Orient. Adriano Pilatti. Tese (Doutorado em Direito) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2012.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Educação e cidadania**: o direito à educação na Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil. Orient. Lisete Regina Gomes Arelaro. Tese (Doutorado em Educação) – FE/USP, São Paulo, 1995.
- PACIORNIK, Guilherme Flynn. **Movimentos sociais e as novas tecnologias da informação e comunicação**: um estudo de caso na zona sul da cidade de São Paulo, a Casa dos Meninos. Orient. Laymert Garcia dos Santos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2013.
- PEREIRA, Diamantino Alves; SILVA, Cleodon; SOUZA, Gustavo de Oliveira Coelho de. O território e o lugar na vida cotidiana metropolitana. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XI, n. 245 (25), 1 ago. 2007.
- PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988**: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Lumen Juris, 2008.
- PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. **Criança e adolescente no Brasil**: porque o abismo entre a lei e a realidade. Fortaleza: UFC, 2006.
- PINHEIRO, Maria Francisca. **O público e o privado na educação brasileira**: um conflito na Constituinte (1987-1988). Orient. Carlos Benedito Martins. Tese (Doutorado em Sociologia) – UnB, Brasília, 1991.
- POLLOCK, Friedrich; ADORNO, Theodor W; et alli. **Group Experiment and Other Writings**: The Frankfurt School on Public Opinion in postwar Germany. Trad., org. e apresent. Andrew J. Perrin e Jeffrey K. Olick. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- RIZZI, Ester; XIMENES, Salomão. Litigâncias estratégicas para a promoção de políticas públicas: as ações em defesa do direito à educação infantil em São Paulo. In: FRIGO, Darci; PRIOSTE, Fernando; ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sérgio (Org.). **Justiça e direitos humanos**: experiências de assessoria jurídica popular. Curitiba: Terra de Direitos, 2010. p. 105-127.
- RODRIGUEZ NETO, Eleutério. **Saúde**: promessas e limites da Constituição. Org. José Gomes Temporão e Sarah Escorel; colab. Lenir Santos e Nelson Rodrigues dos Santos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **Movimento negro no cenário brasileiro**: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990. Orient. Valter Roberto Silvério. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – CECH/UFSCar, São Carlos, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SILVA, Andréia Ferreira da. **Formação de professores para a educação básica no Brasil**: projetos em disputa (1987-2001). Orient. Osmar Fávero. Tese (Doutorado em Educação) – FE/UFF, Niterói, 2004.
- SILVA, Éder Roberto da. **O Movimento Nacional pela Reforma Urbana e o Processo de Democratização do Planejamento Urbano no Brasil**. Orient. Ricardo Siloto da Silva. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – CCET/UFSCar, São Carlos, 2003.
- SILVA, José Gomes. **Buraco Negro**: a reforma agrária no processo constituinte de 1987/88. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SILVA, Marcos José Pereira da. **Novos sentidos na Educação Popular nos anos 90**: as práticas do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo – CDHEP. Orient. Nora Rut Krawczyk. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC-SP, São Paulo, 2000.
- SILVA, Salete Maria da. **A carta que elas escreveram**: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Orient. Ana Alice Alcântara Costa. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – NEIM/FFCH/UFBA, Salvador, 2011.
- SILVA, Wilton Carlos Lima da. **Vivos, uni-vos!** Os ecologistas e a Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988). Orient. Daniel Joseph Hogan. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1993.
- TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Educação brasileira e negociação política**: o processo constituinte de 1987 e a gestão democrática. Maceió: EDUFAL, 2003.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, v. 1: “A árvore da liberdade”. Trad. Denise Bottmann. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1963].
- THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1971].
- THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros**

ensaios. Org. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Unicamp, 2001 [1977].

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 [1978].

TORRES, Haroldo da Gama; BICHIR, Renata. Conseqüências da segregação residencial para as Políticas Públicas: o caso do atendimento básico em saúde em São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 245-259, mai./ago. 2007.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004.